

MACHADO DE ASSIS HISTORIADOR? MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO, DA REPÚBLICA E DE CANUDOS NAS CRÔNICAS DE “A SEMANA”¹

Osmar Oliva
(UNIMONTES)

RESUMO

Nascida com o folhetim, a crônica do século XIX abordava os mais diversos temas, do trivial ao sério, dos acontecimentos sem importância aos mais graves. Machado de Assis, por muito tempo, foi incompreendido pelos seus leitores e grande parcela de críticos dedicados à sua obra, pois esses tinham dificuldade de encontrar engajamento ou preocupação política na produção desse autor. As crônicas de “A Semana”, no entanto, revelam não somente uma intensa reflexão sobre os acontecimentos importantes do Brasil oitocentista, mas também o desenvolvimento de técnicas de construção narrativa, à semelhança de um mosaico, cuja reflexão aparece fragmentada nos vários assuntos de que trata o cronista.

PALAVRAS-CHAVE: crônica - Machado de Assis - recepção - literatura - história.

Introdução

Durante mais de quarenta anos, Machado de Assis dedicou-se a escrever crônicas para os jornais brasileiros, cujo início deu-se em 1861, com os “Comentários da Semana”, sob os pseudônimos de Gil ou M. A. e finalizando sua produção em 1900, com as crônicas de “A Semana”, publicadas pelo periódico *Gazeta de Notícias*, sem assiná-las. Ao todo, somam-se aproximadamente seiscentos e quatorze textos.

Dessa vasta produção, as crônicas em que assinou como Lélío foram organizadas por Raimundo Magalhães Júnior, pela Ediouro, sem data, com prefácio e notas. Esse mesmo crítico organizou, também pela Ediouro e sem data, as crônicas “A+B” e “Bons Dias”, publicadas de 1886 a 1889. Nos dois livros, Magalhães Júnior contextualiza a sociedade brasileira à época em que Machado escreveu essas crônicas, de forma bastante abreviada, sem desenvolver reflexões sobre estilo, estética, temas e técnicas de construção das narrativas. Em ambos os livros, o crítico reproduz as crônicas machadianas seguidas de notas de rodapé que esclarecem ao leitor referências intertextuais com a Bíblia e com autores e obras de diversas nacionalidades, além de referências históricas, principalmente aquelas da época em que as crônicas foram escritas. Um estudo mais amplo foi realizado por Magalhães Júnior em *Machado de Assis desconhecido*. Nesse livro, ainda que não tenha feito um recorte específico, seja por período de publicação das crônicas ou pelo jornal em que foram publicadas, o crítico desenvolve interessantes análises de poemas e crônicas machadianas que tematizaram o culto cívico a Tiradentes, questões relacionadas à política brasileira, à Guerra do Paraguai, à abolição da escravatura e à religião. É importante ressaltar, também, a ênfase dada na poética das crônicas, pois Magalhães Júnior discute as repetições, as deturpações de citações e o espírito associativo como estratégias de construção dos textos machadianos, o que muito nos interessa, já que a nossa proposta de interpretação das crônicas de *A Semana* caminha nessa mesma direção.

Em 1959, Agrippino Grieco publica *Machado de Assis*, pela José Olympio. Com estudos variados, Grieco dedica o capítulo 28 às crônicas de *A Semana*. Para esse crítico, as crônicas machadianas destinavam-se mais a intelectuais do que a homens do povo devido ao estilo ensaístico e reflexivo desses textos; até mesmo as pilhérias tinham sua complexidade para serem decifradas. Segundo Grieco (1959, p. 110),

muitos dos temas de Machado aturdiriam os seus consumidores dominicais, pobres burgueses desejosos de uma leitura amena, que lhes desse prazer no repouso de uma espreguiçadeira de varanda, e o prosador, não porque fosse fundamentalmente funéreo e mau, mas porque passara os olhos em Swift, preferia falar-lhes de remédios, úlceras, sarnas, erisipela, hidropsia.

Muitas de suas crônicas tematizaram a morte, as doenças, as catástrofes humanas e naturais, como os terremotos e guerras no Oriente ou o canibalismo no interior de Minas Gerais, fatos que espantariam o

leitor ingênuo e garantiriam a Machado, pelos assuntos macabros, o epíteto de joalheiro do horrível, nas palavras de Grieco.

Pela Editora Agir, em 1963, Eugênio Gomes apresenta um breve estudo crítico da produção cronística de Machado de Assis que consideramos mais esclarecedor do que os prefácios de Raimundo Magalhães Júnior. Esse estudo é precedido de comentários sobre a situação histórica do surgimento da imprensa e do folhetim no Brasil. Mesmo assim, são poucas as crônicas abordadas e o estudo crítico não é aprofundado.

Lúcia Granja, com seu livro *Machado de Assis, escritor em formação – à roda dos jornais* (2000), dedicou-se ao estudo bastante enriquecedor das crônicas produzidas na década de 1860, privilegiando, segundo suas próprias palavras:

a análise das técnicas narrativas, a presença do narrador volúvel e não confiável que faria parte de sua melhor prosa de ficção, o tom dialogal que chega mesmo a incluir a participação do leitor, a intertextualidade paródica com a tradição, o desenvolvimento, enfim, da literariedade. (GRANJA, 2000, p. 12).

Foi esse estudo que direcionou, em certo sentido, a metodologia que empreguei para a minha análise das crônicas de *A Semana*, uma vez que me interessou mais o texto em si do que as referências históricas que alguns críticos se esforçam em adicionar nas edições que contêm notas de rodapé, como é o caso, também, da de John Gledson.

Esse machadianista revela o seu grande interesse também pelas crônicas do autor de *D. Casmurro*. Em 1996, Gledson publica, pela Hucitec, uma edição das crônicas que Machado escreveu entre 1892 e 1893. Segundo o crítico inglês, sua intenção é editar todas as crônicas de *A Semana* em três volumes. No entanto, até a presente data, nenhuma publicação nova de sua autoria surgiu nesse sentido, salvo o capítulo 7 do livro *Por um novo Machado de Assis*, no qual Gledson retoma o texto introdutório do que ele afirmou ser o primeiro volume, com alguns poucos reajustes. Esse livro foi publicado em 2006, pela Companhia das Letras, e traz outros estudos sobre contos e romances. Portanto, já são mais de 10 anos de lacuna da publicação do “primeiro volume” das crônicas de *A Semana*. Cabe ressaltar que o trabalho de John Gledson seguiu a mesma metodologia utilizada por Magalhães Júnior, ou seja, trata-se da edição das crônicas com notas de rodapé que esclarecem citações literárias e referências históricas, mas nenhuma discussão estética ou de estratégias de construção narrativa.

Em 2006, Alfredo Bosi publica, pela Companhia das Letras, o livro *Brás Cubas em três versões – estudos machadianos* e, curiosamente, o segundo capítulo é um estudo das crônicas machadianas em que as questões políticas são os temas principais. Ao mesmo tempo em que analisa o contexto histórico de transição do Império para a República, Bosi discute, também, as reflexões que o criador de *Quincas Borba* tece sobre finanças, a partir das opiniões providas dos políticos que Machado conhecia bem de perto, pois era fascinado pelas reuniões legislativas, como afirma Bosi (2006, p. 60):

O cronista continuou a passar horas nas galerias das Câmaras mesmo depois de ter se apartado fisicamente do seu posto juvenil de observador parlamentar. [...]. Temos a impressão do espetáculo e a respectiva reação do espectador. Nenhum conteúdo, só a forma da pura encenação. Nenhuma idéia, nenhum projeto sólido, só a qualidade sonora das falas: macias e polidas no Velho Senado; bulhentas na Câmara, “bonita agitação”; berradoras, enfim, na intendência republicana.

À semelhança de um colibri, metáfora utilizada pelo próprio cronista, Machado de Assis “saltou, esvoaçou, brincou, tremulou, pairou e espanejou” sobre os mais diversos assuntos, dos mais simples e triviais aos mais complexos e graves, incluindo política, economia, sociedade, religião, entre tantos outros temas.

Nascida junto com o jornal, como afirma Eugênio Gomes (1963), a crônica literária adquiriu uma modulação lírica e evasiva, afastando-se do foco meramente social ou político para tornar-se essencialmente entretenimento. Com a liberdade de escrever sobre os mais diversos assuntos, fossem eles vividos, observados, ouvidos de terceiros ou glossados de outros jornais, Machado de Assis exercitou o seu potencial criativo nos folhetins, o que contribuiu decisivamente para a sua maturidade como romancista e cronista, sobretudo. No entanto, essa mesma liberdade de criação não foi compreendida por muitos leitores e críticos do século XIX e ainda outros nos dias atuais, o que suscitou a pecha de absenteísta atribuída ao autor de *Esau e Jacó*. Obviamente, essa imagem tem sido, há muito, desconstruída com vários estudos que demonstram o envolvimento de Machado de Assis com a sociedade do seu tempo. Exemplificando essa incompreensão, Eugênio Gomes cita a opinião de Tito Lívio de Castro:

[...] nesses folhetins a conclusão é a mesma. São intrigas, fantasias sem gosto, nuas de significação, não revelam estudo, observação,

nada! Simples contos para um dia. Seguem quase todos nos passos do Sr. Machado de Assis, o escritor que está mais deslocado na época em que vive. O Sr. Machado de Assis escreve sobre tudo, contanto que seja um despropósito; sobre *uma mosca azul*, sobre *a filosofia de uma aranha*, sobre *a igreja do diabo*. [...]. Há um certo grupo que chama a isso uma soberba imaginação! (GOMES, 1963, p. 10).

A crítica de Tito Lívio baseia-se na falta de verossimilhança e nos desarranjos estruturais da narrativa, portanto, de ordem realista-naturalista. O que Machado de Assis realizava em suas crônicas era exatamente a pluralidade narrativa, a junção de vários assuntos e narradores no mesmo texto, as digressões temporais e psicológicas, as múltiplas vozes, o que, muitas vezes, tornava o texto híbrido quanto ao gênero, pois tornava-se inclassificável como poesia, epístola, conto ou crônica. Dominado o estilo, com uma técnica de construção narrativa inconfundível, os seus derradeiros escritos para a *Gazeta de Notícias* já prescindiam de assinatura; não era mais segredo para seus leitores quem escrevia e fazia reflexões sobre os fatos ocorridos durante a semana.

Em seus comentários sobre a obra de John Gledson, outro machadianista, Hélio de Seixas Guimarães, aponta com propriedade a técnica apurada de construção da crônica machadiana, uma vez que a reflexão social refinada do já consagrado romancista jazia nas camadas mais baixas da aparente narrativa do cotidiano. Quase sempre, os textos de Machado de Assis não eram apenas comentários dos fatos ocorridos na semana. Os fios da trama puxavam outros acontecimentos, de ordem religiosa, filosófica, econômica, política ou mesmo literária, a fim de conduzir o bom leitor, o seu ideal leitor a um raciocínio mais crítico e, assim, desestabilizá-lo. Nesse sentido, Machado de Assis foi

Um escritor profundamente irônico, que intencionalmente inscreveu, sob a superfície dos seus textos, níveis de sentido que contrariam sistematicamente tudo o que está dito na superfície, cabendo ao leitor juntar e montar as peças, para extrair um sentido que muitas vezes se estabelece na contramão das percepções dos próprios narradores. (GUIMARÃES, 2007, p. 262).

Aí residem a originalidade e a complexidade da crônica machadiana, que junta assuntos diferentes, aparentemente desconexos, porém interligados, na estrutura mais profunda, pelos comentários sérios sobre a sociedade, a política e a economia do Brasil oitocentista, algumas vezes em comparações com eventos semelhantes que estavam ocorrendo ao mesmo tempo em outros países. Nascida com o folhetim,

a crônica do século XIX abordava os mais diversos temas, do trivial ao sério, dos acontecimentos sem importância aos mais graves.

Machado de Assis, por muito tempo, foi incompreendido pelos seus leitores e grande parcela de críticos dedicados à sua obra, pois esses tinham dificuldade de encontrar engajamento ou preocupação político-econômica na produção desse autor. As crônicas de *A Semana*, no entanto, revelam não somente uma intensa reflexão sobre os fatos importantes do Brasil daquela época, mas também o desenvolvimento de técnicas de construção narrativa que dificultaram aos seus leitores a compreensão dos comentários históricos, econômicos e políticos que realizava, pois suas crônicas se elaboravam com assuntos aparentemente desconexos, à semelhança de um mosaico, cuja reflexão aparece fragmentada nos vários acontecimentos a que se refere.

No livro *À roda de Machado de Assis – ficção, crônica e crítica*, organizado por João Cezar de Castro Rocha (2006), há um capítulo dedicado ao Machado cronista, doze capítulos dedicados exclusivamente aos romances e três capítulos aos contos desse autor. O capítulo “Machado de Assis: folhetim e crônica”, de Marcus Vinícius Nogueira Soares, discute o surgimento da crônica nos jornais, em notas de rodapé, como um texto em tudo diferente do restante do jornal, que se construía com assuntos tão diferentes entre si e quase nenhuma ligação entre as partes, o que garantiu ao novo gênero a pecha de “gênero menor”. No entanto, Soares destaca que Machado de Assis percebera a necessidade de dar coesão às partes por meio de diálogos com o leitor, explicando a própria criação cronística ou informando os significados de linhas pontilhadas para demarcar a mudança de assunto; ou utilizando conectivos, de forma que “os fatos são encadeados textualmente através de ganchos, ou seja, determinado aspecto mencionado no tratamento de um assunto serve de elo para a introdução de outros.” (SOARES, 2006, p. 381).

O crítico ressalta que os “ganchos” também assumem caráter irônico em muitas crônicas, de forma que o leitor deve mesmo procurar o sentido verdadeiro nas camadas mais profundas do texto machadiano. Um outro dado importante no texto de Soares é a comparação que faz da participação de José de Alencar como cronista com Machado de Assis. Isso o crítico faz a partir de considerações de Gustavo Corção², para o qual há cronistas que se submetem aos fatos e outros que se servem dos fatos para superá-los ou para tecer divagações. Assim, Alencar estaria mais para o primeiro caso, enquanto Machado teria assimilado e

exercido conscientemente a segunda estratégia – crônica mais ficcional do que documental. Seguindo opiniões de Corção, Soares afirma que “há nas crônicas machadianas um afastamento gradativo do lastro documental e uma ênfase cada vez maior na autonomia dos comentários. Contudo, isso não significa uma fuga ‘à ordem dos tempos’.” (SOARES, 2006, p. 388).

Nas crônicas publicadas em *A Semana*, são recorrentes a fragmentação da narrativa e as citações de autores e de obras com os quais Machado de Assis tinha alguma afinidade estética. Esses recursos tornam suas crônicas polifônicas, e, quase sempre, de difícil compreensão, uma vez que, em um mesmo texto, são agenciados assuntos diversos, aparentemente desarticulados e sem coerência. No entanto, ao ler com mais atenção esses textos, é possível estabelecer uma linha de reflexão em profundidade e compreender, com clareza, a argumentação, pelo viés da ironia, do humor ou da crítica social que Machado de Assis soube tão bem elaborar, nesse jogo de esconder e de revelar.

Memórias da Escravidão

Muitos críticos apontam que Machado de Assis não era indiferente ao sofrimento dos escravos nem às injustiças da escravidão. O escritor era muito lido pela sociedade carioca e sua produção literária abordava muitas discussões em torno da escravidão. Não sendo político, mas um romancista reconhecido em vida e um assíduo colaborador para diversos jornais, suas crônicas e sua literatura serviram para veicular seus posicionamentos sobre os eventos mais importantes para o Brasil do final do século XIX. Comentando esse suposto absenteísmo, Raymundo Faoro afirma que

havia alguma coisa de diferente no seu modo de sentir a realidade do Rio de Janeiro, sem o véu culto, ilustrado, falsamente livresco dos seus contemporâneos, embriagados de fórmulas. Somente ele, isolado na multidão que aclama, ousou manifestar a inanidade do 13 de maio. (FAORO, 1988, p. 323).

Um estudo recente, realizado por Eduardo de Assis Duarte (2007), aponta as ressonâncias da escravidão na obra de Machado de Assis, por meio de uma antologia que engloba a poesia, a crônica, o teatro, o conto e o romance desse autor. No entanto, na seleção das crônicas, especificamente do periódico *Gazeta de Notícias*, duas delas ficaram de fora, significativamente a de 15 de maio de 1892 e a de 1º de janeiro de

1893. Essa ressalva é feita porque são nessas crônicas que Machado de Assis problematiza a falta de consciência da liberdade que os negros escravos obtiveram após a Lei da abolição.

A reflexão direciona-se a negros libertos e a cidadãos livres brancos, para os quais a nova situação pouco ou nada significou. As duas crônicas referidas não constam também na seleção de Afrânio Coutinho, reeditada em 2006 pela Nova Aguilar. John Gledson (1996) registra essas duas crônicas e acrescenta notas de rodapé que as contextualizam historicamente, contribuindo para a compreensão do leitor atual.

Ainda que Duarte afirme na nota introdutória que tenha cotejado o maior número possível de edições de cada um dos textos, desde aquelas presentes nas *Obras completas* da Jackson e da Nova Aguilar, até a edição crítica preparada pela Comissão Machado de Assis e publicada pelo Instituto Nacional do Livro juntamente com a *Civilização Brasileira*, foi a edição de Coutinho que lhe direcionou a seleção. Vale lembrar que, neste estudo, tenho privilegiado a edição de 1961, da Editora Mérito, intitulada *Obras Completas de Machado de Assis*, cuja revisão crítica e notas de rodapé ficaram sob responsabilidade de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Segundo Ferreira:

Incumbido de proceder à adaptação ortográfica e revisão das provas dos três tomos de *A Semana*, para esta nova edição, deliberei, ante as dúvidas que se me apresentaram logo à leitura das primeiras crônicas, submeter todo o longo texto, de cerca de 1.400 páginas, a confronto com o texto primitivo, estampado na *Gazeta de Notícias* entre 1892 e 1897, e em pequena parte do ano de 1900. (FERREIRA, In: ASSIS, 1961, v.I, p. 3).

De forma que a última crônica publicada por Machado de Assis sobre a escravidão data, na edição de Ferreira, de 4 de novembro de 1900 e, na edição de Duarte e de Coutinho, de 4 de novembro de 1897.

Na crônica de 15 de maio de 1892, o cronista a inicia com o seu costureiro tom galhofeiro, afirmando que não há abertura do Congresso Nacional nem Festa de Treze de Maio que resista a uma adivinhação, e aproveita para comentar a notícia da descoberta de Ana, uma ainda escrava na cidade de São Paulo:

A preta Ana dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre; mas como o sono da escravidão só se prolonga com a dormideira do chicote, a preta Ana, para não acordar e saber casualmente que a liberdade começara, bebia de quando em quando a miraculosa poção. (ASSIS, 1961, v.1, p. 28).

Nessa crônica, Machado faz analogia entre Ana e Epimênides, poeta e sábio cretense que teria vivido mais de 150 anos e dormido um sono de décadas. Giovanni Casertano, no artigo “Epimênides: sábio ou filósofo?”, afirma que não há motivos para duvidar da existência histórica de Epimênides, mas míticos são os feitos extraordinários atribuídos a ele. O sono duradouro seria uma estratégia para que ele recebesse revelações divinas e as transmitisse àqueles que acreditassem em suas palavras consideradas proféticas. Ao referir-se ao sábio cretense, Machado acrescenta ao imaginário em torno desse mito a hipótese irônica de que o sono duradouro seria resultado de uma poção mágica, da qual se utilizaria, também, a escrava Ana, não por alienação, mas pela consciência de que, liberta ou escrava, os tratamentos desumanos, as pancadas e os sofrimentos eram os mesmos.

Ampliando o paralelismo do efeito letárgico que a poção milagrosa produz, Machado informa ao seu leitor que um parlamentar “fez a divulgação de um remédio a todas as nossas dificuldades” (ASSIS, 1961, v.1. p. 28). Tratava-se da convocação de uma assembleia constituída de 500 deputados, gratuitos, já que a nação, até aquele momento, não havia dito o que queria, como não o havia dito em 1824, com o outro regime. O cronista procura justificar-se em caso de possível censura, afirmando que não entende de medicina política ou de qualquer outra. No entanto, fica a reflexão de que a Carta Constitucional não havia deixado claro o caminho político do Brasil. Sua opinião estende-se à convenção nacional dos 500 deputados, que seria constituída de facções, de imprecações, de confusões e de conspirações – até dissolver-se completamente. O posicionamento jocoso e irônico do cronista sobre o regime político de então é acentuado quando afirma que, entre os quinhentos sonâmbulos, haveria um acordado, o qual diria aos demais colegas que ficassem tranquilos, pois ele seria democrata e imperador.

Se o cronista, assim como muitos dos seus leitores da época, aguardasse o remédio para os desvalidos (principalmente para os negros), sua esperança seria frustrada, pois a maioria dos parlamentares dormiria do sono de Epimênides.

A segunda crônica, de 1º de janeiro de 1893, segue a estrutura temática da anteriormente comentada, no que diz respeito às ações políticas do legislativo e à existência de negros ainda tratados como escravos quase cinco anos após a abolição. Na primeira linha, o cronista informa ao leitor: “Inventou-se esta semana um crime. O nosso século tem estudado criminologia como gente.” (ASSIS, 1961, v.1, p. 199). A

glosa dessa crônica é o caso de três intendentes (vereadores) que tomaram posse indevidamente, já que renunciar, em sua opinião, seria um crime. Para refletir sobre o assunto, exemplos de renúncia justa, correta e honesta são dados aos leitores, como o de Cincinnatus – cônsul e ditador romano (519 a.C.) que teria renunciado à ditadura imposta pelo Senado –, e Balfour, na opinião do cronista um dos melhores deputados ingleses, o qual, sendo presidente de uma companhia que faliu, renunciou ao cargo eletivo, julgando que falência e parlamento fossem incompatíveis. Outros exemplos morais nos são dados para refletirmos sobre a atitude dos três parlamentares brasileiros.

Nessa escrita em mosaico, Machado de Assis apresenta ao leitor a notícia de um negro tratado ainda como escravo em Uberaba, Minas Gerais, no ano de 1893. Em sua costureira tirada irônica, o narrador informa:

Há fatos mais extraordinários que a desolação de Babilônia. Há o fato de um preto de Uberaba [...]. O rei não entrou na casa do ex-senhor de Uberaba, nem o presidente da República. O que completa a cena é que uns oito homens armados foram buscar o João (chama-se João) à casa do engenheiro Tavares, onde achara abrigo. (ASSIS, 1961, v.1., p. 203).

Essa passagem revela a descrença do cronista quanto à mudança do sistema político brasileiro, demonstrado em muitos de seus textos, ficcionais ou jornalísticos. Monarquia, democracia, oligarquia, nenhuma forma de governo teve em conta os interesses do negro. Qualquer que seja o regime, “ronca o pau”. Referindo-se ao drama bíblico do cativo babilônico, a crônica o ameniza em relação ao cativo dos negros, pois o primeiro durou 70 anos, ao passo que o segundo ainda perdurava; para os judeus, havia a esperança de uma terra prometida, farta e aprazível – tanto na terra como no céu, mas para os negros nenhuma promessa nem esperança de futuro. A reflexão crítica sobre a situação culmina com a afirmativa do cronista de que renunciar ao escravo é um crime.

A crítica política e social amplia-se ao final da crônica, quando o narrador acrescenta que também os mortos não renunciaram ao direito de votar, na eleição da Junta Comercial. E a pena galhofeira escreve ainda: “quem parece que renuncia, sem admitir que comete um crime, é o Senhor Deus Sabaoth, três vezes santo, criador do céu e da terra.” (ASSIS, 1961, v.1, p. 203). Na opinião do cronista, este mundo encontra-se abandonado, sem Deus nem Lei, diante de tanta corrupção na

terra. Já que a crônica se fundamenta em uma tese política, a metáfora do Deus três vezes santo pode evocar a ineficácia dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário, os quais não resolvem as fraudes nem os maus tratos aos negros. A renúncia de Deus se faria, inicialmente, em nome do Diabo, o qual governaria o século até que resolvesse fugir para outro planeta, levando uma caixa contendo as ações (investimentos bancários), deixando o mundo sem Deus e sem o Diabo.

Em 4 de novembro de 1900, Machado de Assis retomará o tema da servidão negra, paralelamente às notícias do terremoto na Venezuela e à quebra do Banco Rural:

Entre tais e tão tristes casos da semana [...], o que mais me comoveu foi o do sineiro. [...] Era um escravo, doado em 1853 àquela igreja, com a condição de a servir dous anos. Os dous anos acabaram em 1855, e o escravo ficou livre, mas continuou o ofício. Contem bem os anos, quarenta e cinco, quase meio século, durante os quais este homem governou uma torre. A torre era ele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo. (ASSIS, 1961, v.3, p. 432).

A notícia da morte do sineiro da igreja da Glória serve ao cronista para problematizar, já em 1900, a condição de exploração e de servidão em que se encontra negro, não se tratando, portanto, de um caso isolado, como vimos anteriormente, e o pior, sob a tutela e a conivência da igreja. De sua torre, em completo anonimato (o cronista julgou que o sino era tocado por engrenagens mecânicas ou elétricas, somente nesse dia soube tratar-se de trabalho braçal de um negro), o negro acompanhou a história da cidade e “participou” do desenvolvimento do Brasil. Viu a febre amarela, o cólera, os partidos que subiam ou caíam, “viu” a Guerra do Paraguai, a Lei do ventre livre, a abolição completa e a proclamação da República. Nessa trajetória de servidão descrita na crônica, o verbo repicar aparece sete vezes, enfatizando o trabalho braçal e monótono do negro.

No desenvolvimento dos três tristes casos da semana, Machado constrói para o seu leitor o painel de três mortes figurativas: a morte do sineiro, como uma lembrança dos negros libertos que ainda trabalhavam como escravos, até mesmo dentro das igrejas; a morte dos venezuelanos, assolados pelo terremoto, causa natural contra a qual a sociedade não pode lutar e que serve ao cronista para fazer uma apologia às revoluções, as quais podem até levar a algumas mortes, mas por um ideal, em contraposição ao terremoto, no qual se morre por nada; e a morte/falência do Banco Rural, decorrente da crise comercial e

bancária que se desenvolveu a partir da Guerra do Paraguai, mencionada na crônica por Machado de Assis.

Vemos, portanto, o encadeamento das ideias apresentadas nas crônicas machadianas muito semelhante ao método dialético³ utilizado pelos filósofos Zenão de Eleia e Sócrates; por meio do diálogo, apresenta-se uma tese, juntam-se argumentos – proposições paralelas ao tema principal – e finaliza-se a exposição com a síntese, reafirmando-se a reflexão filosófica inicial. Segundo Antonio Candido (1993, p. 14), “a crônica está sempre a estabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso num revoado de objetos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeita”.

Memórias sobre a República

Cinco anos após a proclamação da República, Machado de Assis escreveu para o jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, a primeira crônica sobre a resistência a esse regime de governo, segundo acreditavam muitas pessoas importantes do século XIX. Tal resistência, liderada por Antônio Conselheiro, ocupará as páginas de quatro crônicas de Machado de Assis, datadas de 22 de julho de 1894, 6 de dezembro de 1896, 31 de janeiro de 1897 e 14 de fevereiro de 1897, o que demonstra a importância dessa revolta para o cenário nacional e, especialmente, para o autor de *D. Casmurro*. Para a sociedade da época, e para o governo recém-instalado, o fanático Conselheiro e seus milhares de fiéis sertanejos representavam uma ameaça; para Machado de Assis, essa efervescência ignorante e religiosa significava inspiração para a poesia e para a epopeia; era um evento importante contra a monotonia que tomava as almas no final do século.

No dia 22 de julho de 1894, a crônica inicia com a informação de um telegrama da Bahia de que o Conselheiro se encontrava em Canudos com 2.000 homens perfeitamente armados. E o cronista avisa aos leitores: “Não lhe ponha nome algum, que é sair da poesia e do mistério. É o Conselheiro, um homem, dizem que fanático, levando consigo a toda parte aqueles dous mil legionários.” (ASSIS, 1961, p. 143). Os jornais e os telegramas dizem que são criminosos, completa o autor e acrescenta: “Para nós, artistas, é a renascença, é um raio de sol que, através da chuva miúda e aborrecida, vem dourar-nos a janela e a alma. É a poesia que nos levanta do meio da prosa, chilra e dura deste fim de século.” (ASSIS, 1961, p. 144).

Numa referência clara ao Romantismo, Machado de Assis afirma que Antônio Conselheiro e seus homens são os piratas dos poetas de 1830; para os poetas de 1894, aí estaria matéria nova e fecunda para ser cantada. Do ponto de vista de um artista, o cronista contesta o que dizem telegramas e papéis públicos sobre os revoltosos da Bahia; eles não seriam criminosos, senão, uma “legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as referências, tudo o que alinha e apruma.” (ASSIS, 1961, p. 145). Como se pode notar, Machado de Assis discute a Revolta de Canudos a partir do que ela pode contribuir para a criação ficcional, mas não deixa de demonstrar uma certa sedução pelo poder que Antônio Conselheiro exerce sobre seus seguidores e, sobretudo, parece compreender a reação desses homens a tudo que é instituído, disciplinado. Assim, eles não são marginais fora da lei, mas sujeitos avessos à vida social e suas regulamentações e hipocrisias. De uma certa forma, Machado justifica o banditismo do Conselheiro e seus seguidores pois, à semelhança dos piratas do Romantismo, em busca de aventuras e vida livre, eles precisavam comer e amar, por isso assaltavam as pessoas e roubavam as moças. Ao final dessa crônica, o cronista conclama outros poetas a compor versos extraordinários e rimas inauditas, epopeias de mil estrofes para esses novos heróis, o que reforça o sentido lendário e épico que Machado atribui ao líder de Canudos e seus sequazes.

Dois anos depois, em 6 de dezembro de 1896, outra crônica é publicada com o mesmo assunto. Machado apelava aos leitores de *A Semana*: “Antônio Conselheiro é o homem do dia...” (ASSIS, 1961, p. 346), capaz de seduzir três mil pessoas só com uma palavra de fé. Ainda que não seja digno de imitação – considerado até detestável – Antônio Conselheiro é alguém para quem se deve tirar o chapéu, ironiza o cronista. Segundo este, o poder de liderança e sedução daquele homem é superior ao dos políticos que reúnem três mil pessoas nos dias de eleições, mas que logo se dispersam, enquanto os revoltosos seguem o Conselheiro no meio do mato, sobrevivendo de frutos e de caça, de doações e de assaltos, batendo-se até a morte em defesa de seu “Messias” e de sua causa.

Nessa crônica, Machado informa que os telegramas publicaram que Antônio Conselheiro bate-se para destruir as instituições republicanas. Nesse sentido, é comparado ao General Boulanger⁴, “adaptado ao meio, isto é, operando no sertão, em vez de o fazer na capital da República

e na Câmara dos Deputados, com eleições sucessivas e simultâneas.” (ASSIS, 1961, p. 346). A crônica é elaborada por meio de hipóteses, segundo as quais Antônio Conselheiro desejaria possuir a Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e o resto para o norte e para o sul e até o Rio de Janeiro. No entanto, Machado aponta que Canudos era, na realidade, o lugar onde os revolucionários encontravam-se entrincheirados. O que se percebe, nesta e nas demais crônicas sobre Canudos, é que Machado apresenta sempre um ponto de vista diferente daquele que os telegramas e jornais veiculavam na época. Pelo viés da ironia, o cronista afirma que, fosse ele também um profeta, como o Conselheiro era tido, ficaria mesmo no sertão, onde levantaria a sua cidade e a sua igreja: “Venerado como profeta, obedecido como chefe de Estado, investido de ambos os gládios, com as chaves do céu e da terra na gaveta, Antônio Conselheiro verá o seu poder definitivamente posto? Como tudo isto é sonho, sonhemos que sim [...]” (ASSIS, 1961, p. 351).

Percebemos que Machado de Assis analisa com certo distanciamento a ameaça que a Revolta de Canudos ofereceria à República. Para o autor de *D. Casmurro*, o Conselheiro era apenas um homem capaz de seduzir multidões e pregar a sua religião, mas insuficiente para abalar o regime recém-instalado.

Em 31 de janeiro de 1897, outra crônica é dedicada à Revolta de Canudos. Segundo o cronista,

Os direitos da imaginação e da poesia hão de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome deles protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro. Este homem fundou uma seita a que se não sabe o nome nem a doutrina. Já este mistério é poesia. (ASSIS, 1961, p. 401).

A existência de um grupo de rebeldes que é liderado por um homem considerado fanático alimentava o imaginário dos que viviam nas capitais. No Rio de Janeiro, os jornais jamais silenciaram a respeito desses sertanejos. Alguns informavam aos seus leitores que Antônio Conselheiro matou muita gente, famílias inteiras que o não queriam acompanhar. Outros afirmavam que esse homem se apresentava como uma encarnação de Cristo. Essas notícias são todas verdadeiras? Questiona o cronista.

Segundo Machado, se fosse organizada uma comissão para ir à Bahia estudar a Revolta, voltaria com pelo menos três opiniões diferentes, o que põe em relevo as falácias que são divulgadas pelos jornais da

época a respeito desse evento. Desta forma, “Não se sabendo a verdadeira doutrina da seita, resta-nos a imaginação para descobri-la e a poesia para floreá-la.” (ASSIS, 1961, p. 404). E é esse mistério que oferece ao cronista inspiração para as suas crônicas, e, aos jornalistas, matéria constante e atraente para seus leitores; afinal, Antônio Conselheiro não é só um fora da lei do sertão, é também uma espécie de Messias, que agrega milhares de fiéis. Ele representava para o homem sofrido do sertão o sonho de uma vida mais digna e feliz, em uma terra prometida.

Machado de Assis afirma que não estaria interessado nos conselheiristas nem em seus simpatizantes, mas sim no conselheirismo, “e por causa dele é que protesto e torno a protestar contra perseguição que se está fazendo à seita. Vamos perder um assunto vago, remoto, fecundo.” (ASSIS, 1961, p. 405). Em outras palavras, o cronista diz que o que lhe interessa é a doutrina arrebatadora e apaixonada desse líder. A perseguição acabará com a seita, derrubará o apóstolo e restabelecerá a paz no sertão. Com a paz, virá também a monotonia à nossa alma, afirma o cronista. A agitação em Canudos movimentava o imaginário da nação e ameaça a República, na opinião de alguns, mas a repressão acabará também com “a água fresca da poesia e da imaginação.” (ASSIS, 1961, p. 406). Assim, poetas, cronistas, demais artistas terão que se voltar para os desastres elétricos de Santa Tereza, roubos, contrabandos e outras anedotas sucedidas nas quintas-feiras para serem esquecidas nos sábados. O que Machado lamenta e contra o que protesta é a perda da fonte de inspiração que a Revolta de Canudos oferece.

A última crônica sobre essa Revolta é datada de 14 de fevereiro de 1897. Machado a inicia com um tom profético, vaticinador: “Conheci ontem o que é a celebridade”, e relata a história de uma mulher que, acompanhada de sua filhinha, procurava os jornais que estampavam a fotografia do Conselheiro, sem mesmo lhe saber o nome, era apenas “o homem que briga lá fora”. Aqui, Machado critica os ignorantes leitores que desconhecem a realidade dos fatos: “A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais.” (ASSIS, 1961, p. 413).

O cronista aproveita para informar ao seu leitor sobre as suas impressões de leitura da obra *Sertão*, de Coelho Neto; por meio de breves comentários sobre cada narrativa, Machado de Assis expõe suas opiniões a respeito da obra desse escritor e espera que, extinta a seita e

a gente de Canudos, Coelho Neto nos dê um quadro daquela vida, que nada tem de fim de século, e completa:

Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada. Quem sabe? (ASSIS, 1961, p. 416).

O que Machado deseja cumpriu-se com a excelente obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, tão próximo do que almeja o bruxo do Cosme Velho, além de tantas outras narrativas e filmes que representaram aquela revolta. Enfim, a última crônica que trata desse assunto reafirma dois pontos discutidos em nosso percurso de leitura. Primeiro, a dimensão inspiradora que essa revolução possui, oferecendo aos escritores ação, sentimento, bravura, fé, lealdade e tantos outros elementos estruturadores da poesia, do drama e da narração. Segundo, a opinião contestadora de Machado de Assis, que, já intelectual respeitado, com uma consolidada carreira de escritor, jornalista e funcionário público, oferece ao público leitor uma versão diferente do que os telegramas, jornais e demais papéis públicos veiculavam sobre Antônio Conselheiro e sua gente. Com o seu estilo truncado e uma “leve” borduna na mão, o criador de *Memórias póstumas de Brás Cubas* inquire o leitor e a sociedade daquela época e ainda a de hoje: O que o simples frade fizera? Nada? Quem sabe?

ABSTRACT

Born as a feuilleton, the chronicle of the nineteenth century approached the most diverse topics, from trivial to serious from unimportant to more serious events. For a long time, Machado de Assis was misunderstood by his readers and a large number of reviewers dedicated to his work, because they had difficulty to find political engagement or concern in the production of this author. The Chronicles of “A Semana”, however, reveal not only an intense reflection on the important events of the nineteenth-century Brazil but also the

development of narrative construction techniques like a mosaic, which thinking appears fragmented in various subjects which deal with the writer.

KEY-WORDS: chronicle - Machado de Assis - reception - literature - history.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. **Obras completas de Machado de Assis**. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre/Recife: Editora Mérito, 1961. Volumes 1, 2, 3.
- BOSI, Alfredo. O teatro político nas crônicas de Machado de Assis. In: **Brás Cubas em três versões** – estudos machadianos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Ao rés-do-chão** – recortes. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CASERTANO, Giovanni. Epimênides: Sábio Ou Filósofo? In: **Revista Hypnos**. São Paulo, número 26, 1º semestre 2011, p. 13-35. Disponível em revistas.pucsp.br/index.php/hypnos/article/download/6506/4718.
- CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: COUTINHO, Afrânio. **Machado de Assis – Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006. p. 322-331.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). **Machado de Assis – Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente** – Escritos de caramujo. Belo Horizonte: Crisálida/Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio**. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- GLEDSON, John. (Org.) **Machado de Assis – A Semana**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Machado de Assis – ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003.
- GOMES, Eugênio. **Crônicas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Agir, 1963.
- GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. São Paulo: Fapesp / Mercado de Letras, 2001.
- GRIECO, Agrippino. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. O Machado terra-a-terra de John Gledson. **Novos estudos CEBRAP**. n.77 São Paulo, março de 2007.

MAGALHÃES JR, Raimundo. **Machado desconhecido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

_____. **Machado de Assis – Crônicas de Lélío**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.a

_____. **Machado de Assis – Diálogos e reflexões de um relojoeiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.b

ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.) **À roda de Machado de Assis – Ficção, crônica e crítica**. Chapecó: Argos, 2006.

SOARES, Marcus Vinícius Nogueira. Machado de Assis: folhetim e crônica. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.) **À roda de Machado de Assis – Ficção, crônica e crítica**. Chapecó: Argos, 2006, p. 365-394.

NOTAS

¹ Este trabalho é parte do meu mais importante estudo sobre a obra de Machado de Assis, desenvolvido durante o pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2007, sob supervisão do professor José Luís de Salles Jobim. Foi durante esse período que eu pude ler e reler toda a produção cronística de Machado de Assis já organizada e publicada e a maioria dos estudos realizados em torno das crônicas machadianas. Outros textos meus resultantes desta pesquisa foram publicados anteriormente: “Machado de Assis e a revolta de Canudos”. *Revista fronteiras do sertão*, v. 1, p. 1-7, 2009; “Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eça de Queirós, e a imigração chinesa: Qual medo?”. *Revista da ANPOLL*, v. 2, p. 65-84, 2008; “Metamorfoses dos narradores machadianos – entre defuntos, burros e filósofos”. *Revista O Eixo e a Roda (UFMG)*, v. 16, p. 99-109, 2008; “A escrita em mosaico: Machado de Assis e as crônicas de ‘A Semana’.” In: IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas – Lusofonia – Tempo de reciprocidades, 2011, Funchal - Ilha da Madeira.

² Referência ao texto crítico de Gustavo Corção presente na edição da obra completa de Machado de Assis, organizada por Afrânio Coutinho para a Nova Aguilar.

³ Como já observei em outros estudos sobre as crônicas de Machado de Assis, é recorrente o cronista iniciar o seu texto com um assunto importante para a sociedade oitocentista, brasileira ou mundial, e, estrategicamente, abandonar momentaneamente o tema para inserir outras notícias ou histórias fantasiosas ou citações e comentários sobre outros autores e obras, o que torna a crônica de difícil compreensão. Essa técnica de construção da narrativa aparentemente

parece ao leitor confusa e sem coerência; no entanto, em sua maioria, as narrativas menores, que eu estou chamando de enredos encaixantes, têm uma relação direta com o assunto principal que o autor quer apresentar aos seus fiéis leitores. Mas essa articulação demanda muita atenção e perspicácia por parte do leitor para “juntar” as minúsculas partes que compõem essa escrita em mosaico.

⁴ Referência a um outro reacionário, Georges Ernest Jean-Marie Boulanger, general francês, nascido em 29 de abril de 1837, em Rennes, e morto em 30 de setembro de 1891, em Ixelles, Bélgica. É conhecido por ter abalado a Terceira República, sustentado por um movimento revolucionário que recebeu o nome de boulangismo.

Recebido em: 21/05/2012.

Aceito em: 31/07/2012.